

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.367 - DF (2019/0350849-1)

RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ
RECLAMANTE : THIAGO DAVID FERNANDES
ADVOGADO : RAPHAEL CAPELETTI VITAGLIANO - RJ164360
RECLAMADO : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação ajuizada com fundamento no artigo 102, I, “I”, da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça no **AgRg no RE no AgRg no Agravo em Recurso Especial de nº 1.455.781**. Eis a ementa do julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É uníssona a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a questão da suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites à coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais, configura ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, não tendo repercussão geral (ARE 748.371 RG/MT – **Tema 660/STF**).

2. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, “a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral” (**Tema 181/STF**).

3. Agravo regimental não provido.

Argumenta que o acórdão desta Corte Superior de Justiça “*contrariou frontalmente o disposto no que dispõe o art. 5º, LVI da Constituição da República*”, no ponto em que assentou - segundo a sua leitura -, que a “*questão da prova ilícita consistiria em mera violação reflexa da Constituição*”.

Requer, em sede liminar, a suspensão do acórdão reclamado e, ao fim, a sua cassação, para determinar “(...) *que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decida, observando a vedação expressa contida no inciso LVI do art. 5º da CR/88, acerca da proibição da prova ilícita no processo penal*” (evento 2, fls. 01-19).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

É manifesta a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para o processamento da presente Reclamação.

A petição inicial busca a "*preservação da competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento da matéria sob sua guarda originária*". Segundo o autor, "*(...) para preservar a competência desta E. Corte é que a Constituição dispõe que cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal para que, em casos como os aqui apresentados, a decisão combatida seja cassada e proferida outra em seu lugar*".

Assim, à Suprema Corte – e somente a ela –, impõe apreciar eventual afronta à sua competência, nos termos do artigo 102, I, "F" (Art. 102. *Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões*).

Nessa linha, "*é firme a orientação desta Corte no sentido de que a apreciação de reclamação que tem como objeto a salvaguarda da competência do Supremo Tribunal Federal é do próprio Pretório Excelso*" (EDcl na Rcl 9.877/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 01/07/2013).

Ante o exposto, **não conheço** da Reclamação, nos termos do artigo 34, XVIII, "a", da CF

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora